★ CNPJ: 10.013.459/0001-83 – Emitido: 23/06/2008 ★ OSCIP: 08071.023107/2009-41 – Emitido: 23/12/2009 ★ CRCE: 0393/2018 – Emitido: 19/12/2018 ★ CENTS: Emitido: 30/01/2019 - Prefeitura de São Paulo ★ Ponto de Cultura: Emitido – Ministério da Cultura 28/12/2018 ★ COMAS/SP – nº 1648/2019 ★ Certificado de Credenciamento SMADS/SP nº 26.607 ★ CEBAS: PORTARIA Nº 131-20/10/21 (art. 2º, item 21) ★ DOU de 21/10/2021 - Processo nº 235874.0028303/2021 ★ CMDCA nº 2616/2022 ★ Utilidade Pùblica Estadual – Projeto de Lei nº 294/202

PLANO DE TRABALHO REFERENTE À
PROPOSTA 002294/2026

Título da Proposta
Projeto Existir com Dignidade - Saúde, Direitos e Inclusão

São Paulo-SP, 24 de março de 2026

★ CNPJ: 10.013.459/0001-83 – Emitido: 23/06/2008 ★ OSCIP: 08071.023107/2009-41 – Emitido: 23/12/2009 ★ CRCE: 0393/2018 – Emitido: 19/12/2018 ★ CENTS: Emitido: 30/01/2019 - Prefeitura de São Paulo ★ Ponto de Cultura: Emitido – Ministério da Cultura 28/12/2018 ★ COMAS/SP – nº 1648/2019 ★ Certificado de Credenciamento SMADS/SP nº 26.607 ★ CEBAS: PORTARIA Nº 131-20/10/21 (art. 2º, item 21) ★ DOU de 21/10/2021 - Processo nº 235874.0028303/2021 ★ CMDCA nº 2616/2022 ★ Utilidade Pùblica Estadual – Projeto de Lei nº 294/202

PLANO DE TRABALHO REFERENTE À PROPOSTA 002294/2026

Título da Proposta

INTEGRA TRANS – Projeto Integrado de Saúde e Cidadania

Plano de Trabalho proposto pelo Casarão Brasil – Associação LGBTI à Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, na celebração de Termo de Fomento para execução de objeto de interesse público.

Representante Legal do Casarão Brasil – Associação LGBTI: Rogério de Oliveira

Responsável técnico pela gestão da parceria: Rogério de Oliveira

São Paulo-SP, 24 de março de 2026

PLANO DE TRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da instituição proponente

Nome: Casarão Brasil – Associação LGBTI
CNPJ: 10.013.459/0001-83 (cadastro ativo desde 2008)
Endereço (sede adm.): Rua Coronel Xavier de Toledo, 210 – Conj. 111 – Ed. Regência – República – São Paulo/SP – CEP 01048-000
[redacted]
Telefone: (11) 99463-0537
E-mail institucional: contato@casaraobrasil.org.br
E-mail projetos: casaraobrasil.projetos@gmail.com
Site: https://www.casaraobrasil.org.br/

1.1.1 Dados da pessoa representante legal da instituição proponente

Nome: Rogério de Oliveira
Cargo: Presidente/Diretor
Endereço: [redacted]
Telefone: (11) 99463-0537
E-mail: casaraobrasil.projetos@gmail.com

1.1.2 Dados da pessoa responsável pela gestão da parceria

Nome: Rogério de Oliveira
Cargo: Presidente/Diretor
Endereço: [redacted]
Telefone: (11) 99463-0537
E-mail: casaraobrasil.projetos@gmail.com

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CONCEDENTE

Nome: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
CNPJ: 27.136.980/0015-06
Endereço: SAUS Q. 5, Bloco A, Edifício Multibrasil, 4º andar – Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-050.
Telefone: (61) 2027-3339/3118/3884
Endereço eletrônico: lgbtqia@mdh.gov.br

1.2.1 Dados do representante legal da entidade concedente

Nome: Symmy Larrat Brito de Carvalho
Cargo: Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
Endereço: SAUS Q. 5, Bloco A, Edifício Multibrasil, 4º andar – Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-050.
Telefone: (61) 2027-3339/3118
Endereço eletrônico: lgbtqia@mdh.gov.br

1.2.2 Dados da pessoa responsável pela gestão da parceria

Nome: Renato Cesar Cani
Cargo: Coordenador-Geral de Acompanhamento de Parcerias
Endereço: SAUS Q. 5, Bloco A, Edifício Multibrasil, 4º andar – Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-050.
Telefone: (61) 2027-3176
Endereço eletrônico: cgap.lgbtqia@mdh.gov.br

2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

O Casarão Brasil – Associação LGBTI é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, fundada em 26 de junho de 2008, com sede na capital paulista e atuação estendida à Região Metropolitana de São Paulo. Com mais de 15 anos de trabalho contínuo, consolidou-se como referência na promoção dos direitos humanos, na assistência social e na inclusão socioeconômica de públicos historicamente vulnerabilizados — entre eles, pessoas idosas, mulheres e a população LGBTQIA+.

Ao longo de sua trajetória, já beneficiou cerca de 60 mil pessoas, por meio de atendimentos jurídicos, psicológicos e assistenciais, além de ações culturais e educativas em espaços públicos de grande relevância, como a Estação Cultura, a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca de São Paulo e o Largo do Arouche.

A instituição mantém equipamentos especializados voltados à população LGBTI, incluindo refugiados e migrantes, com destaque para o Centro de Cidadania LGBTI Cláudia Wonder, na zona oeste da capital, e o Centro de Acolhida Especial Casarão Brasil para Mulheres Trans, ambos voltados à promoção da cidadania, acolhimento seguro e apoio psicossocial. Desenvolve também o projeto “Profissional do Sexo: Salve Gabriela Leite”, que distribui insumos e materiais informativos e realiza ações de saúde e dignidade, além de manter parceria com o Consulado dos Países Baixos no projeto “Human Rights for LGBTI Refugees”, voltado à proteção e integração de pessoas LGBTI refugiadas.

[redacted]

[redacted]

O Casarão Brasil atua de forma planejada e permanente em assessoramento e defesa de direitos, conforme a Resolução CNAS nº 27/2011, e possui certificações que atestam sua regularidade e capacidade técnica:

- CMAS: 1648/2019
- CNAS: 27/04/2020
- CEBAS: Portaria nº 131/2021
- Utilidade Pública: Lei Municipal nº 294/2021

Com governança ativa, equipe multidisciplinar experiente e parcerias estratégicas com as redes públicas e a sociedade civil, a instituição demonstra plena capacidade para implementar programas de qualificação social e profissional, ampliando oportunidades de empregabilidade, geração de renda e autonomia.

Entre os cursos e ações formativas oferecidos, destacam-se:

- Panificação Solidária
- Informática & Letramento Digital
- Costura Ecológica & Upcycling
- Módulo Comum de Empreendedorismo e Cidadania

A combinação entre infraestrutura adequada, equipe técnica qualificada e experiência acumulada assegura a execução de projetos presenciais com apoio psicossocial, acessibilidade e intermediação ao trabalho, em conformidade com as normas legais e princípios da gestão pública participativa.

3 OBJETO

Implementação de ações integradas de educação em direitos, promoção da saúde e inclusão social, por meio de atividades territoriais sistemáticas, distribuição de insumos de prevenção, realização de campanhas educativas, encaminhamento e acompanhamento em serviços públicos, formação e contratação de agentes comunitários, produção de materiais informativos e monitoramento de resultados, com foco no fortalecimento da rede de proteção, na ampliação do acesso a políticas públicas e na promoção da autonomia econômica.

3.1 Objetivo Geral

Promover a garantia do direito à saúde integral, à informação qualificada e à não discriminação da população LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou em contexto de prostituição, por meio de ações intersetoriais de educação em direitos, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), enfrentamento da tuberculose e do HIV/aids, incentivo à atualização vacinal, fortalecimento da cidadania e redução das desigualdades estruturais que impactam o acesso às políticas públicas.

3.2 Objetivos Específicos

➢ Reduzir barreiras institucionais e sociais que dificultam o acesso da população LGBTQIA+ às políticas públicas, promovendo abordagem inclusiva, antidiscriminatória e fundamentada nos direitos humanos.

➢ Integrar evidências científicas e saberes comunitários à implementação das ações, assegurando que as especificidades dos diferentes segmentos LGBTQIA+ sejam contempladas sob perspectiva interseccional (gênero, raça, classe, território e situação

de vulnerabilidade).

➢ Produzir e disseminar materiais informativos acessíveis e afirmativos, com linguagem inclusiva e respeito à identidade de gênero, voltados à promoção da prevenção, testagem, diagnóstico e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), da tuberculose e do HIV/aids, à conscientização sobre a importância da atualização do calendário vacinal e à ampliação do acesso aos serviços públicos gratuitos de saúde e assistência.

➢ Realizar ações territoriais contínuas de educação em direitos e promoção da saúde, por meio de trabalho de campo em áreas de maior vulnerabilidade, distribuição de materiais educativos e desenvolvimento de campanhas periódicas de mobilização e comunicação digital, visando ampliar o alcance das informações e fortalecer o acesso às políticas públicas.

➢ Fortalecer redes locais e intersetoriais, articulando movimentos sociais, equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias, com vistas à ampliação do alcance das ações e à qualificação do atendimento.

➢ Incentivar a participação social e o controle social, contribuindo para o fortalecimento da vigilância em saúde e da produção de dados qualificados sobre tuberculose, HIV e outras ISTs na população LGBTQIA+.

➢ Promover inclusão produtiva e empregabilidade, priorizando a contratação e capacitação de pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis, para atuação como agentes comunitárias/os do projeto.

➢ Estabelecer cooperação com organizações nacionais e internacionais, ampliando a troca de metodologias, experiências e dados, e fortalecendo a incidência política e a produção de conhecimento sobre saúde e direitos da população LGBTQIA+.

4 JUSTIFICATIVA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

A presente proposta fundamenta-se na necessidade de enfrentamento das desigualdades estruturais que impactam de forma desproporcional a população LGBTQIA+, especialmente mulheres trans, travestis e pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou inseridas em contexto de prostituição no município de São Paulo.

Sua execução está diretamente alinhada ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, definiu como eixos estratégicos: (i) promover empregabilidade e geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social; e (ii) constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+.

O projeto contribui simultaneamente para esses dois eixos estruturantes. Ao promover ações territorializadas de educação em direitos, promoção da saúde, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), enfrentamento da tuberculose e do HIV/aids, incentivo à atualização vacinal e fortalecimento da participação social, a proposta fortalece a rede de proteção e defesa de direitos. Paralelamente, ao priorizar a inclusão produtiva e a contratação de pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis, como agentes comunitárias do projeto, contribui para a ampliação da empregabilidade e geração de renda — dimensão estratégica prevista no PPA.

O PPA 2024–2027 estabelece como objetivo estratégico a promoção do acesso aos direitos humanos e à cidadania plena para as pessoas LGBTQIA+, com priorização das interseccionalidades que atravessam suas existências, considerando marcadores como raça, etnia, classe social, território, situação de rua e expressões de gênero dissidentes das normas impostas ao nascer. A proposta ora apresentada dialoga diretamente com essa diretriz ao concentrar esforços em um segmento historicamente exposto a precariedades socialmente produzidas, como exclusão familiar precoce, evasão escolar, ausência de inserção formal no mercado de trabalho, violência institucional e estigmatização social.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o direito universal à saúde, à dignidade e à não discriminação, observa-se que barreiras institucionais e sociais comprometem o acesso efetivo dessa população às políticas públicas. Tais fatores resultam em maior exposição ao HIV, à tuberculose e a outras ISTs, além de contribuírem para a descontinuidade do cuidado em saúde e para a baixa cobertura vacinal. No caso específico de mulheres trans e travestis, a ruptura de vínculos familiares ainda na adolescência frequentemente implica interrupção do calendário vacinal, ausência de documentação civil e fragilidade no acesso regular aos serviços públicos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de estratégias intersetoriais, territorializadas e culturalmente competentes, que articulem saúde, direitos humanos e inclusão social. A abordagem proposta reconhece que a garantia do direito à saúde não pode ser dissociada do enfrentamento à discriminação, da ampliação do acesso à informação qualificada e da promoção de oportunidades concretas de autonomia econômica — elementos centrais tanto à constituição de uma rede de proteção quanto à promoção da empregabilidade, conforme previsto no PPA.

1. Caracterização dos Interesses Recíprocos

A proposta estabelece convergência direta entre os objetivos da organização proponente e as diretrizes estratégicas do PPA 2024–2027 e da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Enquanto o poder público busca estruturar políticas permanentes de proteção, promoção de direitos e geração de renda para a população LGBTQIA+, a organização proponente possui trajetória consolidada na promoção da inclusão social, no fortalecimento de vínculos comunitários e na ampliação do acesso a direitos fundamentais dessa população.

Há, portanto, interesse recíproco na implementação de ações territorializadas no município de São Paulo que promovam:

- acesso à informação qualificada e baseada em evidências;
- enfrentamento às violências e barreiras institucionais;
- promoção do direito à saúde integral e humanizada;
- fortalecimento da participação social e do controle social;
- inclusão produtiva e ampliação da autonomia econômica de pessoas LGBTQIA+, com prioridade para mulheres trans e travestis.

2. Problema a Ser Resolvido

Mulheres trans, travestis e demais pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social enfrentam múltiplas violações de direitos que impactam diretamente seu acesso às políticas públicas e sua inserção econômica.

Entre os principais problemas identificados destacam-se:

- barreiras institucionais decorrentes de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual;
- maior vulnerabilidade ao HIV, à tuberculose e a outras ISTs, associada a determinantes sociais como exclusão familiar, evasão escolar, situação de rua e insegurança econômica;
- descontinuidade no cuidado em saúde e baixa cobertura vacinal;
- fragilidade na articulação intersetorial e na produção de dados qualificados sobre essas populações;
- dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, reforçando ciclos de exclusão social.

Esses fatores configuram cenário de vulnerabilidade estrutural que compromete o exercício pleno da cidadania e exige respostas integradas, intersetoriais e orientadas pela equidade.

3. Relação entre a Proposta e os Objetivos e Diretrizes do Programa

A proposta contribui diretamente para os objetivos estratégicos do PPA 2024–2027 ao:

- fortalecer rede de proteção, promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+;
- promover empregabilidade e geração de renda por meio da inclusão produtiva e contratação de pessoas LGBTQIA+ como agentes do projeto;
- priorizar segmentos marcados por interseccionalidades de raça, classe, território e identidade de gênero;
- ampliar o acesso a direitos humanos e à cidadania plena, conforme previsto como objetivo estratégico da Secretaria Nacional.

Ao articular educação em direitos, promoção da saúde, prevenção das ISTs, enfrentamento da tuberculose e do HIV/aids, atualização vacinal, produção de conhecimento e inclusão produtiva, o projeto contribui para:

- redução das desigualdades que afetam desproporcionalmente mulheres trans e travestis;
- qualificação do acesso às políticas públicas;
- fortalecimento da autonomia e do protagonismo social;
- consolidação de práticas institucionais inclusivas e culturalmente competentes.

Assim, a proposta estrutura-se como estratégia integrada de garantia de direitos, constituição de rede de proteção e promoção de autonomia econômica, em plena consonância com as diretrizes, prioridades e objetivos estabelecidos no PPA 2024–2027 para a população LGBTQIA+.

5 PÚBLICO-ALVO

Mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou inseridas no contexto da prostituição no município de São Paulo e região metropolitana. Trata-se de grupo que apresenta múltiplas vulnerabilidades que impactam diretamente sua saúde física, mental e social, sendo especialmente afetado por:

- Maior exposição às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV e a tuberculose, em razão da precariedade no acesso a serviços de saúde, da inserção no trabalho sexual e da insuficiência de estratégias preventivas adequadas;
- Descontinuidade do cuidado em saúde, incluindo acompanhamento relacionado ao HIV, às ISTs, à tuberculose e à atualização vacinal, frequentemente interrompido por rupturas familiares, deslocamentos territoriais ou ausência de documentação civil;
- Violência e discriminação (transfobia, exclusão social, violência física e psicológica), que comprometem o acesso a direitos, à segurança e ao bem-estar;
- Riscos associados ao uso de hormônios e à realização de procedimentos estéticos sem acompanhamento profissional adequado, incluindo aplicação de silicone industrial;
- Baixa inserção no mercado formal de trabalho, ampliando a dependência de atividades informais, inclusive a prostituição, como estratégia de sobrevivência.

Estima-se o atendimento direto de aproximadamente 300 pessoas ao longo da execução do projeto, considerando a participação continuada em ações de campo, rodas de conversa, acompanhamento e encaminhamentos para serviços públicos.

O público secundário compreende homens trans, pessoas não binárias e demais segmentos da população LGBTQIA+ que também vivenciam vulnerabilidades sociais e barreiras no acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, com alcance indireto estimado em aproximadamente 200 pessoas, por meio de ações territoriais ampliadas, campanhas educativas e disseminação de informações.

O projeto prioriza ações territorializadas e intersetoriais, considerando as especificidades culturais, de gênero, raça, classe e território, assegurando abordagens humanizadas, inclusivas e fundamentadas nos direitos humanos.

Além disso, a proposta prevê a capacitação e contratação de integrantes da própria comunidade LGBTQIA+ como agentes multiplicadoras(es), fortalecendo vínculos de confiança, adesão às ações de saúde e protagonismo social. Essa estratégia visa:

1. Fortalecer vínculos de empatia e confiança entre equipe e participantes;
2. Reduzir estigmas e barreiras que dificultam a busca por cuidado e prevenção;
3. Ampliar o alcance e a efetividade das campanhas de saúde, por meio de linguagem acessível e culturalmente adequada;
4. Promover inclusão produtiva e autonomia econômica por meio de oportunidades de trabalho comunitário.

As atividades serão realizadas em pontos estratégicos do município de São Paulo e região metropolitana, previamente mapeados pelo Casarão Brasil, incluindo áreas de alta circulação e concentração de profissionais do sexo, como Lapa, Barra Funda, Rua Augusta, Parque Trianon-MASP, pensionatos e outros territórios prioritários.

Adicionalmente, o projeto ampliará seu alcance por meio de campanhas digitais, produção de materiais educativos, rodas de conversa, oficinas formativas e fortalecimento de redes de apoio, totalizando estimativa de aproximadamente 250 **participações ao longo da execução**, considerando atendimentos recorrentes e

participação em atividades coletivas, alcançando direta e indiretamente milhares de pessoas da população LGBTQIA+.

6 PREVISÃO DE PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

Vigência: 12 meses a partir da assinatura do Termo de Fomento (vigência operacional prevista: 01/05/2026 a 01/05/2027).

7 DESCRIÇÃO DAS METAS, ETAPAS, METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Meta	Etapa
1 – Reduzir vulnerabilidades e situações de risco relacionadas ao HIV, à tuberculose e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou inseridas no contexto da prostituição.	1: Mobilizar e cadastrar participantes LGBTQIA+ nos territórios estratégicos da cidade (Lapa, Rua Augusta, Pensionatos, Parque Trianon-MASP, etc.) com abordagem de direitos humanos.
	2: Realizar trabalho de campo semanal com entrega de kits de prevenção, promovendo autonomia e informação sobre proteção contra ISTs, HIV e TB.
	3: Organizar rodas de conversa e workshops mensais sobre prevenção, enfrentamento da vulnerabilidade e acesso a direitos relacionados à saúde e cidadania.
2 – Ampliar o acesso da população LGBTQIA+ a direitos de proteção social e a serviços de cuidado integral, com abordagem humanizada e livre de discriminação.	1: Orientar e encaminhar participantes a serviços públicos de saúde, assistência social e apoio jurídico, reforçando inclusão e respeito à identidade de gênero.
	2: Implementar busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo acolhimento seguro e acompanhamento humanizado.
	3: Monitorar participação e engajamento nos serviços, promovendo continuidade e fortalecimento do vínculo com políticas públicas.
3 – Promover a atualização da caderneta de vacinação e a ampliação da cobertura vacinal como estratégia de proteção individual e coletiva e de garantia do direito à saúde.	1: Levantar histórico vacinal dos participantes, identificando lacunas e desafios de acesso.
	2: Orientar sobre vacinação e encaminhar de forma segura e inclusiva aos serviços públicos.
	3: Realizar campanhas educativas periódicas sobre imunização, contextualizando a proteção à saúde como direito humano e ferramenta de prevenção de vulnerabilidades.

4 – Fortalecer a participação social, o protagonismo comunitário e a autonomia econômica da população LGBTQIA+, com prioridade para mulheres trans e travestis.	1: Selecionar membros da comunidade para atuarem como agentes multiplicadores em direitos humanos, inclusão e proteção social.
	2: Capacitar agentes em promoção de direitos, enfrentamento de violências, mobilização comunitária e prevenção de vulnerabilidades.
	3: Incentivar protagonismo social e participação em redes de defesa de direitos humanos, políticas públicas e iniciativas comunitárias.
5 – Ampliar ações de conscientização e educação em direitos, promovendo inclusão, equidade e enfrentamento das vulnerabilidades sociais.	1: Produzir e distribuir materiais educativos claros, inclusivos e baseados em direitos humanos.
	2: Realizar campanhas digitais (Instagram, Facebook), destacando prevenção, inclusão e respeito à diversidade.
	3: Conduzir workshops e rodas de conversa em escolas, centros comunitários e territórios estratégicos, promovendo cidadania e combate à discriminação.
6 – Monitorar, avaliar e disseminar os resultados e impactos do projeto na promoção de direitos, na proteção social e na inclusão da população LGBTQIA+.	1: Registrar dados de participação, engajamento e acesso a serviços, garantindo confidencialidade e cumprimento da LGPD.
	2: Produzir relatórios periódicos e painéis de indicadores sobre inclusão, protagonismo e redução de vulnerabilidades.
	3: Divulgar resultados, boas práticas e aprendizados em eventos acadêmicos, comunitários e fóruns de direitos humanos, fortalecendo políticas públicas inclusivas.

Meta 1 — Reduzir vulnerabilidades e situações de risco relacionadas ao HIV, à tuberculose e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou inseridas no contexto da prostituição.

1.1 Mobilização, cadastro e mapeamento territorial

A mobilização será realizada por meio de campanha integrada em territórios estratégicos da cidade de São Paulo (Lapa, Rua Augusta, Pensionatos, Parque Trianon-MASP, entre outros), com parcerias junto a redes comunitárias, organizações LGBTQIA+, centros culturais e redes sociais, garantindo ampla divulgação e alcance seguro da população-alvo. O cadastro será feito de forma simplificada, com aplicação de questionário de elegibilidade e entrevistas conduzidas por profissionais capacitados em direitos humanos, para identificar necessidades, vulnerabilidades e histórico de acesso a serviços públicos. Todas as informações serão registradas em sistema seguro, com protocolos de proteção

de dados em conformidade com a LGPD.

1.2 Trabalho de campo e distribuição de kits de prevenção

Serão realizadas saídas semanais em pontos estratégicos, conduzidas por agentes multiplicadores da comunidade LGBTQIA+, priorizando confiança, empatia e abordagem inclusiva. Nessas ações serão distribuídos kits de prevenção contendo preservativos internos e externos, lubrificantes e autotestes de HIV, acompanhados de orientação sobre uso seguro, direitos relacionados à saúde e enfrentamento de situações de violência ou discriminação.

1.3 Rodas de conversa e workshops educativos

Mensalmente serão realizadas rodas de conversa e workshops em territórios prioritários e centros comunitários, abordando prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), enfrentamento do HIV e da tuberculose, atualização vacinal, direitos humanos e cidadania. Os encontros serão conduzidos com linguagem inclusiva e materiais acessíveis, promovendo participação ativa, troca de experiências e fortalecimento das redes comunitárias.

1.4 Encaminhamento e acompanhamento em serviços públicos

Os participantes receberão orientação e encaminhamento para serviços de saúde, assistência social e apoio jurídico, reforçando o acesso seguro e contínuo a direitos fundamentais. Será implementada busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade, com acompanhamento e monitoramento da participação nos serviços, promovendo vínculo e inclusão social.

1.5 Fortalecimento do protagonismo comunitário

Serão selecionados membros da comunidade LGBTQIA+ para atuarem como agentes multiplicadores, recebendo capacitação em direitos humanos, prevenção de vulnerabilidades, mobilização comunitária e enfrentamento de violências. Os agentes atuarão como facilitadores, promovendo protagonismo social, integração às redes de defesa de direitos humanos e participação em fóruns e atividades comunitárias.

1.6 Educação, comunicação e conscientização pública

A metodologia prevê a produção e distribuição de materiais educativos inclusivos e acessíveis, campanhas digitais em redes sociais, e realização de workshops em escolas e centros comunitários. O conteúdo abordará prevenção, direitos humanos, enfrentamento da discriminação e promoção da inclusão social, valorizando a identidade de gênero, o respeito a nomes e pronomes e o combate à transfobia.

1.7 Monitoramento, avaliação e divulgação de resultados

Os dados sobre participação, engajamento e acesso aos serviços serão registrados com sigilo e em conformidade com a LGPD. Serão produzidos relatórios periódicos e painéis de indicadores, com avaliação de impactos sobre inclusão social, redução de vulnerabilidades e fortalecimento da cidadania. Os resultados e boas práticas serão divulgados em eventos comunitários, acadêmicos e fóruns de direitos humanos, contribuindo para a consolidação de políticas públicas inclusivas.

1.8 Acessibilidade e cuidado integral

Serão adotadas medidas de acessibilidade universal em todas as etapas do projeto: transporte seguro, espaços acolhedores, materiais em leitura fácil e formatos acessíveis, legendas e transcrições em vídeos, e atendimento psicossocial especializado. A equipe será treinada para sensibilização e atendimento inclusivo, garantindo participação plena

e respeitosa de todos os integrantes da população LGBTQIA+, com acompanhamento e ajustes contínuos.

8 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcela	Origem	Valor	Mês/Ano
1	Concedente	R$ 200.000,00	05/2026
TOTAL			**R$ 200.000,00**

9 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META	ETAPA	VALOR (R$)	INÍCIO / FIM
1 – Reduzir vulnerabilidades e situações de risco relacionadas ao HIV, à tuberculose e a outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social e/ou inseridas no contexto da prostituição.	1: Mobilizar e cadastrar participantes LGBTQIA+ nos territórios estratégicos da cidade (Lapa, Rua Augusta, Pensionatos, Parque Trianon-MASP, etc.) com abordagem de direitos humanos.	15.000,00	05/2026 – 04/2027
	2: Realizar trabalho de campo semanal com entrega de kits de prevenção, promovendo autonomia e informação sobre proteção contra ISTs, HIV e TB.	18.000,00	05/2026 – 04/2027
	3: Organizar rodas de conversa e workshops mensais sobre prevenção, enfrentamento da vulnerabilidade e acesso a direitos relacionados à saúde e cidadania.	12.000,00	05/2026 – 04/2027
2 – Ampliar o acesso da população LGBTQIA+ a direitos de proteção social e a serviços de cuidado integral, com abordagem humanizada e livre de discriminação.	1: Orientar e encaminhar participantes a serviços públicos de saúde, assistência social e apoio jurídico, reforçando inclusão e respeito à identidade de gênero.	10.000,00	05/2026 – 04/2027
	2: Implementar busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo acolhimento seguro e acompanhamento humanizado.	12.000,00	05/2026 – 04/2027
	3: Monitorar participação e engajamento nos serviços, promovendo continuidade e fortalecimento do vínculo com políticas públicas.	13.000,00	05/2026 – 04/2027

3 – Promover a atualização da caderneta de vacinação e a ampliação da cobertura vacinal como estratégia de proteção individual e coletiva e de garantia do direito à saúde.	1: Levantar histórico vacinal dos participantes, identificando lacunas e desafios de acesso.	5.000,00	06/2026 – 04/2027
	2: Orientar sobre vacinação e encaminhar de forma segura e inclusiva aos serviços públicos.	7.000,00	06/2026 – 04/2027
	3: Realizar campanhas educativas periódicas sobre imunização, contextualizando a proteção à saúde como direito humano e ferramenta de prevenção de vulnerabilidades.	18.000,00	06/2026 – 04/2027
4 – Fortalecer a participação social, o protagonismo comunitário e a autonomia econômica da população LGBTQIA+, com prioridade para mulheres trans e travestis.	1: Selecionar membros da comunidade para atuarem como agentes multiplicadores em direitos humanos, inclusão e proteção social.	10.000,00	05/2026 – 04/2027
	2: Capacitar agentes em promoção de direitos, enfrentamento de violências, mobilização comunitária e prevenção de vulnerabilidades.	15.000,00	05/2026 – 04/2027
	3: Incentivar protagonismo social e participação em redes de defesa de direitos humanos, políticas públicas e iniciativas comunitárias.	15.000,00	05/2026 – 04/2027
5 – Ampliar ações de conscientização e educação em direitos, promovendo inclusão, equidade e enfrentamento das vulnerabilidades sociais.	1: Produzir e distribuir materiais educativos claros, inclusivos e baseados em direitos humanos.	8.000,00	05/2026 – 04/2027
	2: Realizar campanhas digitais (Instagram, Facebook), destacando prevenção, inclusão e respeito à diversidade.	9.000,00	05/2026 – 04/2027
	3: Conduzir workshops e rodas de conversa em escolas, centros comunitários e territórios estratégicos, promovendo cidadania e combate à discriminação.	8.000,00	05/2026 – 04/2027

6 – Monitorar, avaliar e disseminar os resultados e impactos do projeto na promoção de direitos, na proteção social e na inclusão da população LGBTQIA+.	1: Registrar dados de participação, engajamento e acesso a serviços, garantindo confidencialidade e cumprimento da LGPD.	8.000,00	05/2026 – 04/2027
	2: Produzir relatórios periódicos e painéis de indicadores sobre inclusão, protagonismo e redução de vulnerabilidades.	9.000,00	05/2026 – 04/2027
	3: Divulgar resultados, boas práticas e aprendizados em eventos acadêmicos, comunitários e fóruns de direitos humanos, fortalecendo políticas públicas inclusivas.	8.000,00	05/2026 – 04/2027

10 PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

Tipo de despesa	Descrição do item	Cód. da natureza*	Medida	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
Serviço	Coordenador(a) de Projeto	3.3.90.39	Mês	12	5.000,00	60.000,00
Serviço	Assistente de Projeto / Articulador(a) Territorial	3.3.90.39	Mês	12	3.000,00	36.000,00
Serviço	Agentes Comunitários LGBTQIA+ (3 bolsas mensais)	3.3.90.36	Mês	36	1.200,00	43.200,00
Serviço	Assessoria contábil e prestação de contas	3.3.90.39	Mês	12	1.000,00	12.000,00
Serviço	Designer gráfico e produção de materiais educativos	3.3.90.39	Serviço	6	1.500,00	9.000,00
Serviço	Produção de campanhas territoriais e materiais de mobilização comunitária (faixas, banners, comunicação visual)	3.3.90.30	Lote	6	300,00	1.800,00

Serviço	Assessor de imprensa	3.3.90.39	Mês	6	2.800,00	16.800,00
Serviço	Campanhas digitais e impulsionamento informativo	3.3.90.39	Mês	12	800,00	9.600,00
Bem	Materiais de apoio para oficinas (papelaria, crachás, kits pedagógicos)	3.3.90.30	Lote	12	500,00	6.000,00
Bem	Combustível para realização dos trabalho em campo	3.3.90.30	Mes	12	466,67	5.600,00

11. DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

Segue a versão resumida em texto corrido para cada tópico:

Metodologia de definição de custos

O projeto apresenta compatibilidade entre os valores previstos no Plano de Aplicação Detalhado e os preços praticados no mercado local e regional, observando os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência. A composição orçamentária foi baseada em pesquisa de preços junto a fornecedores, análise de valores médios de projetos similares executados pela organização nos últimos três anos, referências de contratações públicas municipais e federais, tabelas de honorários compatíveis com a complexidade técnica exigida e parâmetros de mercado para serviços de comunicação, locação de espaços, assessoria contábil e tecnologia da informação.

1. Recursos Humanos

Os valores destinados à coordenação, assistência técnica e bolsas para agentes comunitários LGBTQIA+ estão alinhados à média praticada na Região Metropolitana de São Paulo para projetos sociais de porte semelhante. A estimativa considera a dedicação mensal necessária, a complexidade das atividades de articulação intersetorial e mobilização comunitária e a exigência de profissionais com experiência em direitos humanos, políticas públicas e enfrentamento de violências, mantendo-se dentro de parâmetros proporcionais e razoáveis.

2. Serviços de Terceiros

Os custos relativos à assessoria contábil, produção de materiais gráficos e campanhas digitais, locação de espaços e implantação de sistema de monitoramento com salvaguardas de LGPD foram definidos com base em cotações referenciais e valores correntes na cidade de São Paulo, considerando a natureza técnica dos serviços e a execução continuada ao longo de 12 meses.

3. Materiais de Consumo

Os valores previstos para impressão de materiais informativos e aquisição de insumos pedagógicos foram estimados a partir do número projetado de participantes, do alcance territorial das ações e dos preços médios praticados por fornecedores e gráficas locais, assegurando coerência entre quantidade, qualidade e custo.

4. Economicidade e Eficiência

A proposta evidencia coerência entre metas, etapas e alocação orçamentária, priorizando investimentos diretamente vinculados às atividades finalísticas e aos recursos humanos essenciais. Há complementaridade com políticas públicas existentes, considerando que insumos de prevenção serão disponibilizados pela Secretaria de Saúde, evitando sobreposição de despesas. A estrutura orçamentária é enxuta e não prevê aquisição de bens permanentes, garantindo compatibilidade com os preços de mercado e suficiência para execução integral das metas no período de maio de 2026 a abril de 2027, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

12. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

META	ETAPA	Produtos	Resultados Esperados
1 – Reduzir vulnerabilidades e situações de risco relacionadas ao HIV, à tuberculose e a outras ISTs	1	Cadastros realizados; banco de dados protegido; mapeamento territorial atualizado.	Ampliação do alcance do projeto e identificação qualificada do público prioritário nos territórios estratégicos.
	2	Relatórios de campo semanais; kits de prevenção distribuídos; registros de abordagens educativas realizadas.	Aumento do acesso a insumos de prevenção e fortalecimento de práticas de autocuidado e proteção.
	3	Registro de rodas de conversa e workshops; listas de presença; materiais pedagógicos utilizados.	Ampliação do conhecimento sobre prevenção e fortalecimento do vínculo comunitário e do acesso a direitos.
2 – Ampliar o acesso a direitos de proteção social e serviços de cuidado integral	1	Fichas de encaminhamento; registros de orientações individuais; articulações formais com serviços públicos.	Maior acesso a serviços de saúde, assistência e apoio jurídico, com redução de barreiras institucionais.
	2	Relatórios de busca ativa; registros de acolhimentos realizados.	Inclusão de pessoas em situação de maior vulnerabilidade e fortalecimento do acesso seguro às políticas públicas.
	3	Planilhas de acompanhamento; indicadores de adesão aos serviços.	Aumento da continuidade do cuidado e fortalecimento do vínculo com a rede pública.
3 – Promover atualização vacinal e ampliar cobertura	1	Diagnóstico situacional sobre histórico vacinal; registros individuais.	Identificação de lacunas vacinais e planejamento de ações direcionadas.
	2	Encaminhamentos realizados; parcerias com UBS e serviços de imunização.	Ampliação da cobertura vacinal e fortalecimento da proteção individual e coletiva.
	3	Campanhas educativas produzidas; materiais informativos distribuídos; registros fotográficos e	Maior conscientização sobre imunização como direito humano e medida preventiva essencial.

		digitais.	
4 – Fortalecer participação social e autonomia econômica	1	Processo seletivo documentado; contratos firmados; equipe comunitária constituída.	Inclusão produtiva de pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis.
	2	Oficinas formativas realizadas; certificados emitidos; conteúdos programáticos aplicados.	Ampliação de capacidades técnicas e fortalecimento do protagonismo comunitário.
	3	Participação em fóruns e redes; registros de articulações institucionais.	Maior engajamento social e fortalecimento da incidência política da comunidade.
5 – Ampliar conscientização e educação em direitos	1	Materiais educativos impressos e digitais produzidos; registros de distribuição.	Disseminação de informações acessíveis e baseadas em direitos humanos.
	2	Posts, campanhas e relatórios de métricas digitais.	Ampliação do alcance informativo e sensibilização pública sobre inclusão e diversidade.
	3	Workshops realizados; registros de participação; avaliações aplicadas.	Redução de desinformação e fortalecimento da cultura de respeito e equidade.
6 – Monitorar, avaliar e disseminar impactos	1	Sistema de registro estruturado; banco de dados conforme LGPD; relatórios mensais.	Monitoramento contínuo e qualificado das ações e resultados.
	2	Relatórios técnicos e painéis de indicadores produzidos.	Avaliação sistemática dos impactos sociais e sanitários do projeto.
	3	Publicações, apresentações e participação em eventos.	Disseminação de boas práticas e fortalecimento de políticas públicas inclusivas.

13 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Riscos identificados	Resposta aos riscos identificados	Monitoramento e controle dos riscos
Baixa adesão do público-alvo às atividades presenciais	Intensificar mobilização territorial com agentes comunitários LGBTQIA+; fortalecer parcerias com lideranças locais; flexibilizar horários e formatos (ações noturnas e itinerantes)	Monitoramento mensal do número de participantes por atividade; ajuste imediato da estratégia quando adesão <70% da meta prevista
Barreiras institucionais ou discriminação no acesso a serviços públicos	Articulação prévia com gestores e equipes técnicas; sensibilização sobre direitos humanos e atendimento inclusivo; registro formal de	Registro sistemático de encaminhamentos e devolutivas; reuniões trimestrais com a rede parceira

	ocorrências	
Situações de violência nos territórios de atuação	Planejamento prévio das ações; mapeamento de risco territorial; atuação em dupla; articulação com equipamentos públicos locais	Avaliação prévia de segurança antes de cada ação; registro de incidentes e revisão de protocolos
Rotatividade ou evasão de participantes	Fortalecimento de vínculo por meio de acompanhamento individualizado; comunicação ativa (WhatsApp/redes sociais); incentivo à participação contínua	Planilha de acompanhamento com alertas de ausência recorrente; contato ativo após duas ausências consecutivas
Descontinuidade de profissionais da equipe	Formalização contratual clara; banco de colaboradores suplentes; registro sistematizado de metodologias para facilitar substituições	Reuniões quinzenais de equipe; atualização de relatórios e protocolos internos
Exposição indevida de dados pessoais (LGPD)	Implementação de sistema seguro de armazenamento; controle de acesso restrito; capacitação da equipe sobre proteção de dados	Auditoria interna trimestral; verificação de acessos ao sistema; assinatura de termos de confidencialidade
Desinformação ou ataques virtuais às campanhas digitais	Moderação ativa das redes sociais; política de uso e convivência publicada; resposta institucional fundamentada em direitos humanos	Monitoramento semanal de engajamento e incidentes;

São Paulo , 24 de março de 2026.

.

ROGERIO DE OLIVEIRA:29776713823

Assinado de forma digital por ROGERIO DE OLIVEIRA:29776713823
Dados: 2026.03.24 13:33:15 -03'00'

Rogério de Oliveira
Presidente
Casarão Brasil – Associação LGBTI

★ CNPJ: 10.013.459/0001-83 – Emitido: 23/06/2008 ★ OSCIP: 08071.023107/2009-41 – Emitido: 23/12/2009 ★ CRCE: 0393/2018 – Emitido: 19/12/2018 ★ CENTS: Emitido: 30/01/2019 - Prefeitura de São Paulo ★ Ponto de Cultura: Emitido – Ministério da Cultura 28/12/2018 ★ COMAS/SP – nº 1648/2019 ★ Certificado de Credenciamento SMADS/SP nº 26.607 ★ CEBAS: PORTARIA Nº 131-20/10/21 (art. 2º, item 21) ★ DOU de 21/10/2021 - Processo nº 235874.0028303/2021 ★ CMDCA nº 2616/2022 ★ Utilidade Pùblica Estadual – Projeto de Lei nº 294/202